

# **MulherAção – Mulheres em Ação**

Autores:

**Elisangela Aparecida Rodrigues**

Universidade Federal do ABC

**Vanessa da Costa Meirelles**

**NEPIM** - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Identidade e Metamorfose

**PUC / SP** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## EJE TEMÁTICO

### 1 - Movimientos Sociales, Actores Sociales y Ciudadanía

Trabajo preparado para su presentación en el XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política y la Asociación Chilena de Ciencia Política, Santiago, Chile, 21, 22 y 23 de julio 2022

#### **Resumo**

Quando pensamos em instituições do terceiro setor na América Latina e nos desafios que enfrentam para produzir conhecimento científico algo salta aos olhos: o frágil sistema de inclusão e inovação na área de produção de tecnologias sociais que considerem os marcadores raça, sexo, gênero e classe social como categorias sociais. Atuando nesse cenário desde 2014, em projetos socioeducacionais, nossa equipe multidisciplinar se fez algumas perguntas contra hegemônicas - como sugere Souza Santos (1997) - no esforço de entender os bastidores dessa realidade, ou seja, conhecer a história para poder pensá-la. Seguindo a intelectual brasileira, Lélia Gonzalez (2019), nos mantivemos atentos aos processos que acontecem em nossa sociedade, enquanto trabalhávamos para a transformação do que é real. Foi aí que a questão de como fortalecer esse sistema, que ainda se mostra frágil, se impôs, ao mesmo tempo que a urgência de elegermos como protagonistas desse processo os sujeitos em seus territórios, potenciais produtores de conhecimento sobre si e sobre o mundo em que vivem. Daí nasceram projetos cujo objetivo era encorajar o intercâmbio entre essa parcela da população e os centros de investigação de referência – ideias gerando ações.

#### **Resumen**

Quando pensamos en las instituciones del tercer sector en América Latina y los desafíos que enfrentan para producir conocimiento científico, algo se destaca: el frágil sistema de inclusión e innovación en el área de producción de tecnologías sociales que consideran los marcadores de raza, sexo, género y clase social como categorías sociales. Trabajando en este escenario desde 2014, en proyectos socioeducativos, nuestro equipo multidisciplinario se planteó algunas preguntas contrahegemónicas - como sugiere Souza Santos (1997) - en un esfuerzo por comprender el trasfondo de esta realidad, es decir, conocer la historia, para poder pensar en ello. Siguiendo a la intelectual brasileña Lélia Gonzales (2019), vigilamos los procesos que ocurren en nuestra sociedad, mientras trabajamos en la transformación de lo real. Fue allí donde se impuso la pregunta de cómo fortalecer este sistema, aún frágil, al mismo tiempo que la urgencia de elegir a los sujetos en sus territorios, potenciales productores de conocimiento sobre sí mismos y sobre el mundo en el que se encuentran. los protagonistas de este proceso viven. De ahí nacieron proyectos cuyo objetivo era

fomentar los intercambios entre esta parte de la población y los centros de investigación de referencia, ideas generadoras de acciones.

## **MulherAção – Mulheres em Ação**

### **INTRODUÇÃO**

**Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas, uma não existe sem a outra  
(Bairros, 1995, p.461)**

MulherAção é um núcleo de trabalho em economia solidária que nasceu de onde havia a ausência de quase tudo - menos de esperança. Foi idealizado pela co-fundadora da Associação Sócio-Educacional FabricAções, a psicopedagoga e pesquisadora Vanessa Meirelles, com um único objetivo: combater a opressão gerando oportunidades para que mulheres, a partir de suas necessidades e desejos realizassem suas ações, partindo das próprias ideias como ponto de partida para resolver os desafios de suas vidas. A olho nu o que vemos é isso: mulheres em ação, simples assim.

Entretanto, um olhar mais atento percebe o quão complexo e potente é o aflorar da problematização das suas trajetórias de vida e o fértil estímulo ao pensar sobre as possibilidades de reorganização para sobreviverem "coletivamente à tormenta conservadora " (Mano e Falquet, 2021) que paira sobre nós. Acreditamos que o conhecimento produzido nessas trajetórias é científico quando suas ações passam a ser percebidas e entendidas como tecnologia social, uma das formas de combate à (s) opressão (ões) a que estão submetidas. Nas palavras de Meirelles (2022),

uma possibilidade de existir " opondo-se ao cenário que hoje vemos de competição predatória entre aqueles que deveriam contribuir uns com os aprendizados dos outros, ensinantes e aprendentes como nos mostrou Fernandez

(2001), valorizando a todos e cada um nesse caminho"  
(MEIRELLES, 2022, p.201)

É possível afirmar que reflexão e ação, em um processo de retroalimentação, são a espinha dorsal do MulherAção em um cenário árido, assim descrito por pesquisadores brasileiros:

[...] países como o Brasil enfrentam [uma elite] “com poder e capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (p. 2), enfrentamento que Mbembe (2018) nomeia de política de morte ou necropolítica e que vem ganhando espaço e força nos debates em torno da forma como governos vêm lidando com os mais vulneráveis em nossa sociedade, corpos a serem abatidos por marcas fenotípicas, estigmatizadas como perniciosas. (MEIRELLES, RAMOS, MIRANDA, 2020, p.1614)

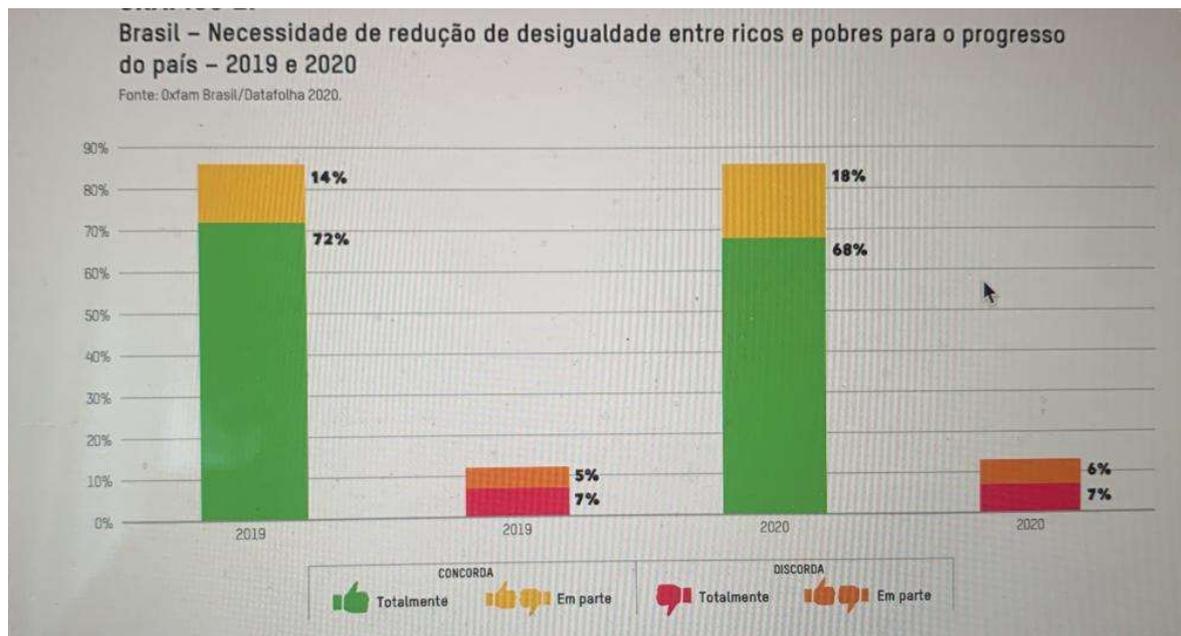
Quando pensamos em instituições do terceiro setor na América Latina e nos desafios que enfrentam para produzir conhecimento científico a partir de sua *praxis*, algo salta aos olhos: o frágil sistema de inclusão e inovação na área de produção de tecnologias sociais que considerem os marcadores raça, sexo, gênero e classe social como categorias sociais. Meirelles, Santos e Miranda trazem importante reflexão sobre o que estaria por detrás deste panorama quando recorrem ao conceito inclusão-exclusão:

[...] trabalhar o binômio inclusão-exclusão é descobrir novas identidades e dinâmicas, uma vez que o objetivo é captar o movimento dialético [...] . Nesse contexto, a autora aponta que também “existem muros individuais sutilmente construídos no cotidiano das relações”, de modo que a “exclusão social é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma. Em consequência, seu exame envolve o significado que tem para o sujeito, ou para os sujeitos, que a vivenciam” (SPOSATI, 2006, p. 5). (MEIRELLES, SANTOS, MIRANDA, 2020, p.1620)

O quadro abaixo quantifica e ilustra o impacto desse binômio:

Fonte: Nós e as desigualdades. PESQUISA OXFAM BRASIL/DATAFOLHA PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES NO BRASIL (2021,p.09)

Fonte: [https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1622384863LO\\_relato](https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1622384863LO_relato)



[rio\\_nos\\_e\\_as\\_desigualdade\\_datafolha\\_2020\\_vs3.pdf](#) Acesso em 05 de junho de 2022

Ora, ao leitor talvez não seja fácil perceber no gráfico as nuances da contradição de que nos fala a intelectual e pesquisadora brasileira Lélia Gonzáles quando propõe um olhar novo e criativo da formação "histórico-cultural do Brasil [...] um país, cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas" (GONZALES, 2019, p.341). Segundo ela, nossa América Africana gerou filhos Amefricanos em um percurso que incorporou todo num processo de resistência ao mesmo tempo que se encontra encoberto por uma camada ideológica do branqueamento. Seria possível combater as desigualdades sem enfrentarmos suas causas? Pensamos que não, sob o risco de promover práticas alienadas da realidade que pretendemos combater.

Com quem devemos debater o tema - Necessidade de redução das desigualdades entre ricos e pobres? Estariam ambas categorias aptas a entrar nesse diálogo? Quem pode falar e quem deve ouvir? Para responder a essas perguntas é interessante considerarmos o que afirma Mathieu (2021) ao recomendar escutarmos as mulheres que por sua experiência direta da dominação teriam melhor conhecimento sobre seus efeitos. Decolonizar o pensamento do branco brasileiro passa por ver e ouvir quem foi desumanizado nesse processo de dominação, devolvendo-lhes a posição de sujeito político, criando espaço para que seus discursos contra-hegemônicos ecoem, restituindo suas humanidades negadas. Entretanto, é sabido que aquele "quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado de ciência é branco" (Ribeiro, 2020, p.24)

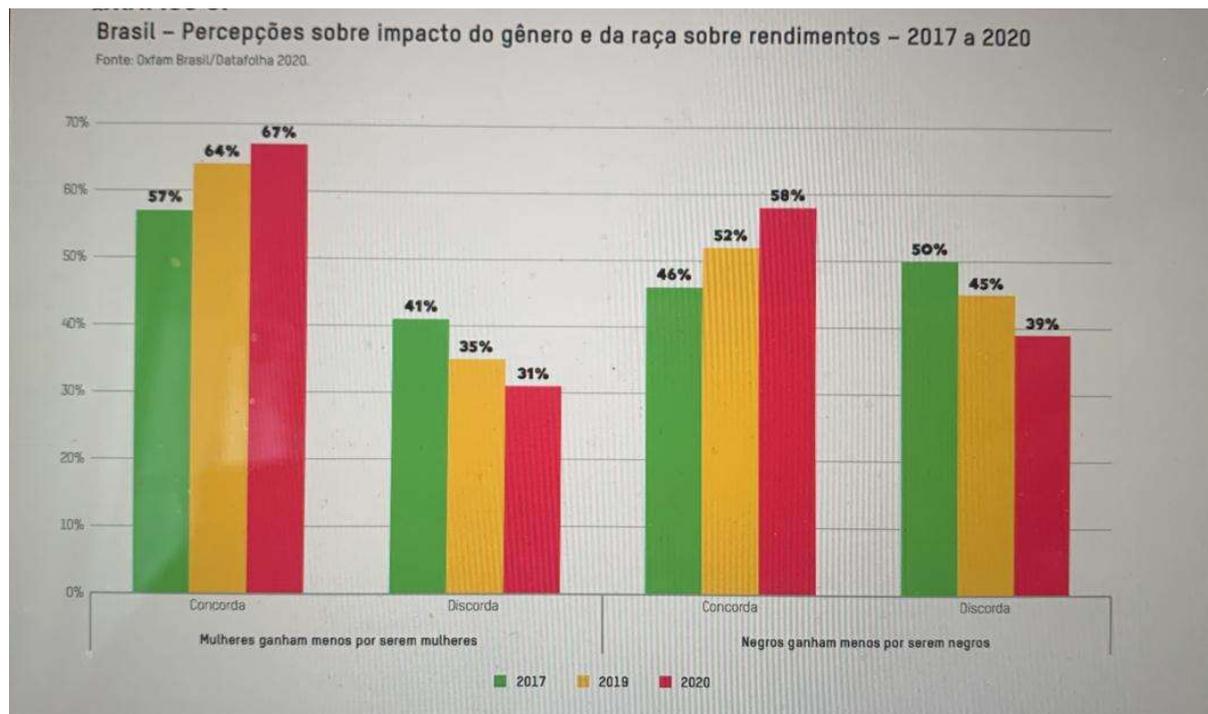
Atuando nesse cenário desde 2014, em projetos socioeducacionais, nossa equipe multidisciplinar se fez algumas perguntas contra hegemônicas - como sugere Souza Santos (1997) - no esforço de entender os bastidores dessa realidade, ou seja, conhecer a história para poder pensá-la.

### **PRIMEIRA PERGUNTA: De onde fala MulherAção?**

González, em muitas de suas entrevistas, frisava que o importante é estarmos sempre atentos aos processos que ocorrem em nossa sociedade e trabalharmos para a transformação do real (GONZALEZ, 1984). Examinar o gráfico abaixo nos lança a um desafio - é possível produzir tecnologia social nas brechas da contradição entre o que é ideal e o real? Desnaturalizando a ideia da mulher universal, como sugerem pensadoras brasileiras e francesas (Ribeiro, 2020; Carneiro, 2019; Wittig, 2019 e Mathieu, 2021)?

Fonte:

[https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%](https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1622384863LO_relatorio_nos_e_as_desigualdade_datafolha_2020_vs3.pdf)



[2F115321%2F1622384863LO\\_relatorio\\_nos\\_e\\_as\\_desigualdade\\_datafolha\\_2020\\_vs3.pdf](https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1622384863LO_relatorio_nos_e_as_desigualdade_datafolha_2020_vs3.pdf) Acesso em 05 de junho de 2022

Ir além do exame dos dados que constituem esse cenário de violência(s) naturalizada(s) que impede enxergarmos a opressão - é fundamental criticarmos e refletirmos sobre a nossa construção social, nos afastando para longe da natureza, abdicando da "estrutura universal [considerando] outras intersecções" (Ribeiro, 2020, p.20). MulherAção propõe fazer esse caminho nos passos que damos juntas, esgarçando o tecido das contradições enraizadas e das tensões varridas para debaixo do tapete. Desafio? Sim, especialmente para quem ocupa o espaço da categoria dominante (Mathieu, 2021). Pensar o difícil como sinônimo de impossível é lugar comum. Tecnologias Sociais que dêem conta dessa dificuldade complexa e a transforme em ação concreta | é mais do que importante - é vital!

MulherAção planta - e colhe - em sua jornada de trabalho alguns dos elementos para afirmos todos os nossos sentidos e juntas enxergarmos não só as opressões mas principalmente a maneira como são colocadas em prática nas imbricações sexo/raça revelando assim os corpos socialmente construídos e também aqueles desconstruídos. Partilhando seus processos de resistência, as Mulheres em Ação nos implicam em suas trajetórias e nos convidam a refutar o papel atribuído a tantas: o de invisíveis vítimas. Não o são! Aos poucos revelam-se

potentes e seguem na trilha que provoca e desestabiliza o que é considerado como dominante. Convocam a refletir sobre a localização cultural e social do saber universal que ao longo de séculos desconsiderou a prática e a cosmogonia dos povos colonizados como legítima. Com seus corpos e sua voz abrem uma brecha no tempo e no espaço, parindo juntas as novas possibilidades de metamorfoses emancipatórias, mesmo que em fragmentos, forjando identidades políticas, unindo pensamento à prática e com isso refletem e enfrentam a lógica criadora das políticas identitárias que forjaram esse cenário e seus elementos - ampliam o debate sobre o projeto de sociedade e mais uma vez nos implicam a todos no enfrentamento do que aí foi criado, como sugerem Gonzales (2019) e Alcoff (2016), longe do olhar do colonizador, do outro que nos define.

**SEGUNDA PERGUNTA: Ações afirmativas para a permanência dos Jovens Negros e periféricos nas Universidades com o recorte em Universidades Comunitárias Claretiano, PUC SP e Mackenzie**

A questão de como fortalecer esse sistema de produção de conhecimento científico, que ainda se mostra frágil, se impôs, ao mesmo tempo que a urgência de elegermos como protagonistas desse processo os sujeitos em seus territórios, potenciais produtores de conhecimento sobre si e sobre o mundo em que vivem.

Na sociedade brasileira, as políticas de ação afirmativa para negros são fruto de uma longa e árdua luta do Movimento Negro contra o racismo e a desigualdade racial que marcam nossas instituições e relações sociais. As ações afirmativas são políticas e práticas públicas e privadas, de caráter compulsório ou facultativo, que têm como objetivo corrigir desigualdades historicamente atribuídas e impostas a determinados grupos sociais e, por isso, caracterizam-se como compensatórias. Podem incluir negros, indígenas, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiências e outros grupos cujos direitos sociais tenham sido desconsiderados e não reconhecidos em função do tratamento desigual dado às suas diferenças. As ações afirmativas visam à promoção da diversidade cultural e da justiça social e procuram corrigir as profundas distâncias entre negros e brancos em nossa sociedade.

A denúncia do racismo e da desigualdade racial no Brasil pelo Movimento Negro explicitou tensões e contradições presentes na concepção moderna de cidadania que marcam as relações sociais brasileiras, as políticas sociais e também o debate acerca de justiça social, colocando em pauta o debate acerca do direito à

diferença, mais especificamente a afirmação do direito à diversidade étnico-racial. Uma das consequências desse processo tem sido o questionamento acerca da eficácia de políticas universais na promoção da igualdade de determinados grupos. Além disso, quando o Movimento Negro e os intelectuais engajados na luta pela superação do racismo indicam as cotas raciais como uma das modalidades radicais de ação afirmativa e de inclusão de jovens negros no ensino superior e no mercado de trabalho, vão atualizar as críticas ao mito da democracia racial, crítica esta já realizada em outros momentos ao longo do século XX. Desse processo advêm reações acadêmicas, políticas e midiáticas. Explicita-se a zona de tensão que esteve sempre presente nas práticas sociais, mas que tem sido sistematicamente encoberta.

Um dos pontos do debate que tem se instaurado gira em torno da pergunta sobre quem seria o sujeito de uma política de ação afirmativa. Ainda que haja um grande acúmulo de produções em torno da questão racial no Brasil e da desconstrução do argumento biológico sobre raça seja algo recorrente (Schucman, 2010), a posição que encontra na mestiçagem a impossibilidade de responder sobre quem seria o sujeito da ação afirmativa ressurgem dos lugares mais diversos (Fry, 2005-2006; Maggie, 2005-2006; Pena, 2006).

Segundo Fry e Maggie (2004), por exemplo, a diversidade, no Brasil, estaria em cada brasileiro, já que todos participam da cultura africana, europeia e indígena, criticam a divisão do Brasil entre grupos estanques de negros e brancos e destacam tal atitude como promotora da desigualdade, visto que o Brasil é constituído da mistura de povos e não poderia ser concebido de modo bipolar. Tal bipolarização racial promoveria, na visão desses autores, o aumento da tensão inter-racial, sobretudo nas camadas menos favorecidas da população. As políticas de cotas teriam como consequência a quebra da "harmonia racial" existente na sociedade brasileira e o seu destino seria fomentar o conflito entre negros e brancos pertencentes às camadas mais pobres da população brasileira. A implementação das cotas, para os que não as defendem, viria para desestabilizar o conceito brasileiro de povo mestiço e, conseqüentemente, a ideia da democracia racial. A ação política possível nesse cenário seria o investimento em políticas universais.

A inconstitucionalidade de uma política de direitos específicos também é um argumento comum utilizado para conter a discussão sobre ações afirmativas (Bittar & Almeida, 2006). A Constituição brasileira afirma a universalidade de direitos e a não discriminação de sujeitos em relação à raça, cor, sexo e religião. O princípio da igualdade de direitos seria então quebrado, segundo alguns, pelo estabelecimento de distinções ao acesso a bens públicos a qualquer grupo social, independentemente dos determinantes sociais envolvidos. No entanto, a possível inconstitucionalidade de políticas destinadas a grupos específicos levanta outras questões que merecem melhor compreensão. Alguns estudos da temática defendem que a Constituição de 1988 reconhece e condena o racismo, punindo-o

como crime inafiançável, e, nesse sentido, mantém a longa tradição formal republicana brasileira do racismo e do antirracismo (Fry & Maggie, 2004). A adoção de políticas de ação afirmativa constituiria uma quebra nessa tradição, na medida em que reconhecem direitos específicos à população afrodescendente, entre eles o reconhecimento oficial da legitimidade de reparações para com a escravidão e das cotas para negros nas universidades públicas.

A concepção moderna da igualdade entre os sujeitos se caracteriza como uma formalização hegemonicamente concebida, como uma igualdade de status em que a normatização dos sujeitos tende a cristalizar os padrões distributivos das sociedades. Nesse sentido, a igualdade de direitos pode ser empiricamente contestada diante da experiência de grupos marginalizados que não se encaixam no padrão normativo moderno e, por isso, são repetidamente excluídos do acesso a bens e oportunidades públicas. A história específica do Brasil revela, por sua vez, maiores conflitos na tradução da igualdade de direito, visto que a constitucionalidade da igualdade aparece aqui ainda em uma sociedade escravista, reforçando a normatividade dos sujeitos a que ela se propõe. Normatividade que diz de homens brancos, adultos e proprietários de terra. O que tal debate revela é a complexa relação entre igualdade e diferença nas sociedades democráticas e que tem sido abordada de formas distintas no campo da filosofia e da ciência política e consideramos que deve ser ampliada. A forma como Scott (2005) trata essa tensão entre igualdade e diferença como uma questão de paradoxo nos indica que estamos diante de um problema complexo que exige a construção de soluções também complexas.

Outro argumento comum contra a implementação de políticas de ação afirmativa para negros está na afirmação de que essa iniciativa não tem sido resultante de um debate público consistente que considere a opinião das pessoas afetadas, brancos ou negros, sendo então a promulgação de leis de cotas uma imposição autoritária. Autoritarismo que não viria somente de dentro, mas também de fora do país. Alguns argumentaram que o fato de ser uma política "importada" de países como Estados Unidos, por exemplo, impede sua eficácia, já que se trata do enfrentamento às desigualdades em sociedades muito distintas. Assim, a implementação de políticas dessa natureza no Brasil é apresentada como uma incoerência à realidade brasileira e são uma imposição e exigência de agências internacionais ao contexto brasileiro.

Percebemos nessa argumentação a desconsideração do processo de luta e militância do Movimento Negro no estabelecimento do debate que inaugurou a necessidade de ações afirmativas na sociedade brasileira. O ocultamento da autonomia da comunidade negra organizada na proposição do debate e na articulação de estratégias de enfrentamento ao racismo e desigualdade racial no Brasil dentro de sua especificidade já é evidenciada em pesquisas na área (Bittar & Almeida, 2006), e sua negação é mais uma forma de deslegitimar, silenciar e

invisibilizar a voz dos negros na denúncia das desigualdades que sofrem. Assim, não desconsiderando a influência dos organismos internacionais, destacamos que a mesma não foi recebida de forma passiva ou sem ressonância com o debate interno que aconteceu ao longo de todo o século XX, quando o campo da educação, entre outros, foi tomado como ponto prioritário na agenda do Movimento Negro (Gomes, 2004).

Os pontos apresentados marcam e atravessam o cotidiano da implementação e acompanhamento das políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras e, certamente, influenciam a construção de políticas de permanência para estudantes negros e de trajetórias populares após seu acesso à universidade. Fica claro, no que foi destacado anteriormente, que a presença desses sujeitos na universidade, através das ações afirmativas, causa incômodos de ordens diversas: a desconstrução (mais uma vez) do mito da democracia racial brasileira, até o incômodo que a explicitação da desigualdade no contexto universitário tem provocado. Negros e pobres aparecem como problemas, dificultadores da harmonia social, ruídos inapropriados, que impedem que a universidade opere como "deveria operar". Para avançarmos nessa questão, defendemos a necessidade de conhecermos as trajetórias escolares e sociais dos estudantes negros e pobres na universidade, pois esse movimento pode e deve orientar a construção das políticas de permanência, sem que estas se transformem em políticas de cunho assistencialista ou que os "ruídos" continuem sendo sempre compreendidos como nada além de "ruídos". Ainda, queremos contribuir no debate acerca das políticas de permanência na universidade, já que muitas vezes o foco da discussão tem se dado na questão do acesso.

A análise das ações afirmativas de universidades comunitárias, o impacto dessas ações sobre a vivência de jovens negros, bem como o acesso e a permanência desses jovens dentro e fora dos campus. Para tanto, será analisado um amplo e variado repertório de documentos oficiais de três universidades comunitárias da capital de São Paulo: Claretiano, PUC e Mackenzie. A partir da análise e da organização dos dados, algumas categorias serão comparadas, dentre elas: ingresso, auxílios, pós-ingresso e programas pedagógicos de permanência. Como resultado, espera-se compreender a natureza dos tratamentos adequados das ações afirmativas, uma vez que elas são pontos-chave para que estudantes negros consigam atingir seus objetivos, principalmente no que tange à permanência durante a vida acadêmica.

Em 2003, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) iniciou uma política de ação afirmativa em seu processo seletivo, tornando-se a primeira

universidade pública a ter cotas para estudantes (SILVA, 2019). No ano seguinte, a Universidade Federal de Brasília (UnB) seguiu o mesmo caminho e tornou-se a primeira universidade da rede federal a adotar uma política nesse sentido. A partir de então, o tema começou a ser amplamente destacado pela mídia brasileira, influenciando, muitas vezes, nos posicionamentos da sociedade

A dificuldade de acesso à educação superior continua sendo um dos sintomas da desigualdade social do Brasil. Segundo Aloizio Mercadante, ex-ministro da Educação, entre 2012 a 2014, a população negra representava 4% das matrículas em 1997, passando a 19,8% em 2011 (IPEA, 2019, online).

Ações como o Programa Universidade Para Todos (ProUni), que havia oferecido mais de 1 milhão de bolsas a estudantes de baixa renda, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que expandiu e interiorizou a educação pública, contribuíram para aumentar o acesso dessa população ao ensino superior.

Com o objetivo de reduzir esse abismo histórico de desigualdade entre brancos, negros, pardos e indígenas, a política de cotas foi aprovada em 2012, a Lei 12.711, sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff (BRASIL, 2012).

Segundo o Censo da Educação Superior em 2019, desenvolvido pelo Inep e pelo Ministério da Educação (IPEA, 2019, online), 88,4% das instituições são privadas, 4,2% federais, 5,1% estaduais e 2,3% municipais. No período compreendido entre 2009 e 2019, a rede privada elevou em 87,1%. A rede pública aumentou 32,4% no mesmo período.

O IBGE em 2019 divulgou os resultados da pesquisa Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil. O estudo mostra que, pela primeira vez, o número de estudantes negros no país superou os 50% (IBGE, 2019b, online). Em 2018, alunos negros e pardos representavam 50,3% do total de matrículas em instituições de Ensino Superior públicas do país (IBGE, 2019b, online).

Apesar dessa conquista ao acesso às universidades, as desigualdades ainda são identificáveis nesse universo acadêmico. Precisamos de políticas afirmativas mais eficazes, para o acesso e a permanência desses jovens nesse espaço que muitas vezes nos faz adoecer, devido à falta de recursos financeiros e materiais.

Sou um dos exemplos da dificuldade em permanecer na universidade. Entrei na PUC em 2006, pensando que a minha vida profissional teria um boom, e que melhoraria financeiramente. Acreditava que poderia ajudar minha família a ter estabilidade. Tive muitas dificuldades para permanecer naquele espaço. Desde o pagamento das mensalidades - apesar de ter conseguido o Financiamento Estudantil (FIES), em 2017, com 50%, só consegui comprar um livro em toda a minha graduação; passando pela xerox dos materiais e das referências das

disciplinas, que tirava escondido no meu trabalho; até os “bicos” que fazia nos finais de semana para conseguir comprar o passe escolar.

O acesso de discentes negros cresceu, mas os pesquisadores negros ainda enfrentam dificuldades para se destacar e se manter no universo científico. Na estrutura epistemológica do racismo estrutural (SANTOS, 2007), as academias trazem à tona esta ressonância, pois, em sua grande maioria, desqualificam esses discentes.

Quantos professores negros tivemos e temos? Quantas obras e referências são estudadas de pensadores e pesquisadores negros e que não são europeus?

O racismo estrutural está nas relações sociais, nas relações de poder, na inclusão, na exclusão, nos acessos das pessoas, na subjetividade estrutural, mas ele é estruturante destas relações, que essa sociedade também produz e sentimos cada vez mais quando “furamos as bolhas” de cada espaço.

Conexões criadas nos últimos anos entre as universidades e comunidade são representadas através das universidades comunitárias, que têm como objetivos a educação e serviços sociais em conjunto com representantes do poder público e da sociedade para melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Os recursos arrecadados são revertidos ao ensino, pesquisa e projetos de extensão que atendam à comunidade. Essa finalidade se traduz no compromisso social em relação a sua comunidade, cidadania e democracia.

Além de divulgar o conhecimento científico através do ensino e produzir novos conhecimentos através da pesquisa, as universidades comunitárias dedicam um importante esforço para partilhar o conhecimento, a arte e a cultura com as comunidades.

As cotas, criadas em 2012, são uma pequena reparação histórica das políticas públicas, e, apesar de serem um tipo de ação afirmativa, ainda são pouco efetivas para um povo que sofre até hoje com os impactos e marcas subjetivas de um longo período escravocrata e um racismo estruturante. As políticas afirmativas precisam ser efetivas para tratar e cuidar de todas as esferas, para um futuro mais igualitário, com mais equidade nas instituições de ensino.

### Problematização de pesquisa

Como as políticas afirmativas, em universidades comunitárias, garantem a permanência de pessoas negras, pobres e periféricas ao longo da formação

universitária? Quais são as políticas de acesso das universidades comunitárias? O acesso é efetivado qualitativamente ou apenas quantitativamente?

Hipótese – Resultados esperados:

Como as políticas afirmativas, em universidades comunitárias, garantem a permanência de pessoas negras, pobres e periféricas ao longo da formação universitária? Quais são as políticas de acesso das universidades comunitárias? O acesso é efetivado qualitativamente ou apenas quantitativamente?

Considerando os indicadores e as análises apresentados pelo IPEA (2019), o Brasil, apesar de tardiamente, parece ter começado a desenvolver políticas de acesso. No entanto, a história do país, que é muito mais longa do que as tentativas recentes que tentam amenizar as desigualdades estruturais, ainda assombra a possibilidade da implementação de políticas efetivas. Nesse sentido, ao invés de encarar o acesso apenas do ponto de vista quantitativo, uma série de ações precisam ser pensadas e desenvolvidas para que o ingresso em universidades não se esgote em si mesmo. Embora seja um importante marco, o acesso de pessoas negras, indígenas, pobres e periféricas em universidades comunitárias precisa ter continuidade e acompanhamento em todo o percurso da formação.

A boa educação deveria ser aquela que permite que todos atinjam o mais alto patamar, em matéria de aprendizagem escolar, mas o déficit da curva de aprendizado dos alunos de escola públicas impactam o acesso e permanência deles também nas universidades, deixando-os mais fragilizados. Oferecer a esses jovens uma ação afirmativa, para que eles tenham dentro da instituição uma equidade educacional, pode dar a eles mais pertencimento naquele espaço. Ao esboçar as tragédias do impacto do racismo estrutural em nossa juventude, não tenho a intenção de dramatizar essa situação, mas, para uma permanência mais confortável, é fundamental que haja: acesso às informações de como os discentes conseguem tirar um simples xerox, obter o passe livre, livros, acesso à internet, à alimentação, aos computadores, aos cursos, congressos, informações sobre mestrado sanduíche e de ensino de idiomas, além de outros benefícios para que se possa focar mais nos estudos .

Ser uma pessoa pobre, periférica e sobretudo negra, no Brasil, é sobreviver a um sistema que, reiteradamente, continua privando e negligenciando a perspectiva de uma vida melhor em todas as esferas. Em uma sociedade de classes, prevalece-se o discurso liberal da responsabilidade do indivíduo pelo seu destino, no qual o pobre carrega o estigma.

A evasão escolar é um dos maiores entraves educacionais do país, sobretudo para o jovem negro, que em sua maioria precisa ajudar na renda familiar. O baixo nível de aprendizado dos alunos, as grandes desigualdades e a trajetória escolar irregular estão entre as questões mais preocupantes em relação à educação pública brasileira.

O acesso e a permanência nas universidades para este jovem negro precisam ser estudados e avaliados não somente de ordem quantitativa, mas também de ordem qualitativa, para que haja uma abordagem de pesquisa que estude aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano e seus objetos.

### **Justificativa:**

As cotas não esgotam a política de ação afirmativa e a permanência desses alunos tem que ser significada. Ela é um tópico importante sob o ponto de vista da dimensão de produção do conhecimento teórico e sociológico.

A permanência e a diversidade do corpo docente é uma preocupação, visto que existem deslocamentos de eixos de disputa. Esta permanência deveria ser semantizada de maneira plural e complexa. Damos um passo na dimensão e compreensão de postura e ação em relação à dimensão da permanência econômica dos estudantes. No entanto, o estudante ingressa e, ao não encontrar acolhida para sua temática, ele se desestimula.

Para Santos, ainda predomina uma leitura não racializada do urbano, resultando em uma hegemonia epistêmica e teórica que precisa ser confrontada e

alterada. “Diversos professores diziam que a segregação racial não seria um tema importante com relação ao espaço urbano no Brasil”.

Para jovens negros, o desejo de ingressar em uma universidade é quase um sonho impossível, e a sua permanência nesses espaços é tensionada com a falta de boas ações afirmativas. No recorte deste projeto, tratarei as ações afirmativas das universidades comunitárias, o acesso, a sobrevivência acadêmica, comparar as ações afirmativas de cada universidade, revisar os programas de assistência acadêmica, com base em documentos e pesquisas anteriores (ROSA, BASTOS, LIMA e LIMA, 2019; SILVA, 2019; BERNARDO, MACIEL e FIGUEIREDO, 2017).

Ao analisar e comparar os documentos e as pesquisas de políticas afirmativas, acredito que possamos verificar quais são as ações mais assertivas e quais são aquelas que precisam melhorar ou até mesmo se modificar radicalmente.

De acordo com a lei 12.881, as universidades comunitárias oferecem serviços gratuitos à população, proporcionais aos recursos obtidos do poder público, conforme previsto em instrumento específico (BRASIL, 2013).

Acredito também que esta pesquisa trará luz a algumas questões relevantes, tais como: Quais são os diferenciais e os impactos das universidades comunitárias voltados para a comunidade? Quais são as políticas afirmativas dentro da sua comunidade? Quais são os serviços gratuitos oferecidos à população?

Uma política de ação afirmativa deve contemplar ações e proposições que garantam o acesso, mas sobretudo a permanência bem-sucedida de estudantes negros na universidade comunitária. Ao meu ver, as cobranças para que essa permanência seja efetivada não devem ser apenas sobre os estudantes, mas também sobre os programas e as ações desenvolvidas pelas universidades. Além disso, tais ações não podem se restringir a uma ação assistencialista; devem possibilitar o debate público e a politização dessa experiência, para que a política de permanência não se transforme em um paliativo das desigualdades, e sim em algo que, de fato, envolva toda a comunidade acadêmica e possibilite que ela se implique nessa transformação (MAYORGA; SOUZA, 2012).

Espera-se, com esta pesquisa, que os pontos levantados marquem e atravessem o cotidiano da implementação e do acompanhamento das políticas de ação afirmativa voltadas à permanência nas universidades comunitárias.

### **O racismo como marca estruturante da sociedade brasileira**

O racismo é o fio condutor para o entendimento da desigualdade no Brasil. Para contextualizar o racismo, é indispensável mencionar o processo histórico da escravização. É inútil discutir acerca do ódio racial sem remeter aos custos e benefícios que ele implica para todos os segmentos e atores sociais que compõem as sociedades e nações historicamente racializadas (MOORE, 2007).

Segundo Frantz Fanon (1968), a Europa inchou-se de maneira desmesurada com o ouro e as matérias-primas dos países coloniais da América Latina, da China e de países da África e de todos os continentes, perante os quais a Europa de hoje ergue a sua torre opulenta, que, há séculos, partem para essa mesma Europa os diamantes, o petróleo, a seda, o algodão, as madeiras e os produtos exóticos. A Europa é, literalmente, a fundadora do Terceiro Mundo. As riquezas que a abafam são as que foram roubadas dos povos dos continentes africanos, latino americano e chinês. Os portos da Holanda e Liverpool, especializados no comércio de negros, devem o seu renome aos milhões de escravos deportados

O racismo está arraigado, segmentado e naturalizado na sociedade, tanto na esfera econômica como na política, na cultural e no militar. Quem ganha e quem perde com esse fenômeno do racismo? O exercício de dominação por parte das classes dominantes possui uma dimensão educativa fundamental. As classes opressoras não exercem domínio apenas pelo uso da coerção utilizando-se, para tanto, do consentimento necessário por parte das classes oprimidas.

Com o aparecimento da República, a sociedade brasileira burguesa se viu pressionada a pensar sobre a constituição de uma nação brasileira inclusiva. Para ocultar o racismo, o Estado define a democracia racial, a mesma que foi criada para ocultar as práticas e as verbalizações racistas pela supremacia branca com

finalidade de deformar os fatos históricos, bem como naturalizar a servidão do povo negro, resultado cruel de um período escravista.

O discurso da democracia racial é a mais profunda penetração na sociedade, pois encobre os conflitos raciais, as desigualdades existentes nos diferentes campos sociais, bem como facilita a alienação dos não-brancos.

O possível enfrentamento do fenômeno da desigualdade social exige um maior conhecimento sobre ele. Tradicionalmente, evidenciando-se os aspectos econômicos, sobretudo a diferença na distribuição de renda e no acesso aos bens produzidos, mas, como afirmam Scalón e Pochmann, apenas identificar e quantificar a pobreza não é o suficiente para enfrentar as desigualdades sociais, principalmente em “países como o Brasil, que se especializaram em produzir e reproduzir em níveis cada vez mais sofisticados a exclusão social. Essa forma hegemônica de estudar o fenômeno da desigualdade social, segundo os autores, exclui todo um processo de transmissão afetiva e emocional de valores, processo invisível em nossa sociedade, ignorando a gênese cultural da desigualdade (AGUIA; BOCK, 2016: p.209).

Segundo Florestan Fernandes (2017), todos os trabalhadores possuem as mesmas exigências diante do capital. Todavia, há um acréscimo: existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reivindicações de classe e das lutas de classes. Indo além, em uma sociedade multirracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre os trabalhadores, a raça também é um fato revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades que não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos à classe e à raça.

A concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, vantagens e privilégios a partir da raça. (ALMEIDA, 2018: p. 29).

A dissensão entre classes, a divisão de grupos no interior das classes, o processo de segregação e as rivalidades sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista, têm o racismo como veículo importantíssimo.

E negar isso é simplesmente não compreender o capitalismo enquanto forma de sociabilidade.

Segundo Silvio Almeida, o racismo não deve ser tratado com questão lateral, que pode ser dissolvida na concepção de classes, até porque uma noção de classe que desconsidera o modo com que esta mesma classe se expressa enquanto relação social objetiva. São indivíduos concretos que compõem as classes à medida que se constituem concomitantemente como classe e como minoria nas condições estruturais do capitalismo. Assim, classe e raça são elementos sobre determinados (ALMEIDA, 2018).

A situação das mulheres negras exemplifica isso: recebem os mais baixos salários, são empurradas para os “trabalhos improdutivos” – aqueles que não produzem mais-valia, mas que são essenciais, a exemplos das babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital – são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono, recebem o pior tratamento nos sistemas de saúde e suportam, proporcionalmente, a mais pesada tributação. A descrição e o enquadramento estrutural desta situação revelam o movimento real da divisão de classes e dos mecanismos institucionais do capitalismo (ALMEIDA, 2018: p. 146 - 147).

O racismo ultrapassa a luta de classe devido ao problema racial, a luta diária pela sobrevivência social, cultural, biológica, econômica dos corpos negros em uma sociedade opressora, as avaliações técnicas utilizadas pelas corporações, étnica, política, cultural, são aplicadas para que este corpo negro continue sendo desvalorizado, imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas.

Acreditamos que os problemas de raça e classe imbricam nesse processo de competição negra, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado, com menores salários, dificultando o seu acesso e sua permanência na sua formação acadêmica, técnica e profissional.

Para Florestan Fernandes (2007) a segregação do negro é sutil e dissimulada, pois ele é confinado ao que os antigos líderes dos movimentos negros chamavam de porão da sociedade. As mudanças estão acontecendo, mas de forma

muito superficial e demorada. Para atingirmos a situação oposta, implícita no nosso mito de democracia racial, o negro e o pardo precisariam se confundir com o branco em um mundo de igualdade e de oportunidades para todos, independentemente da cor da pele ou da extração social.

Não existe “consciência de classe” sem consciência do problema racial. Historicamente o racismo foi e ainda é um fator de divisão não apenas entre as classes, mas também no interior das classes. Nos momentos de crise, em que há aumento do desemprego e rebaixamento dos salários, o racismo desempenha um papel diversionista bastante importante, pois os trabalhadores atingidos pelo desemprego irão direcionar sua fúria contra as minorias raciais e sexuais, que serão responsabilizadas pela decadência econômica por aceitarem receber salários mais baixos, quando não pela “degradação moral” a que muitos identificaram como motivo da crise. O racismo será, portanto, a forma dos trabalhadores brancos racionalizarem a crise que lhes trouxe perdas materiais e de lidarem com as perdas simbólicas, denomina de perda do “salário psicológico” – impostas pelas vitórias da luta antirracista e pela mínima representatividade alcançada pelas minorias raciais (Almeida, 2018: p. 146 - 147).

A negação e a renúncia da classe como categoria analítica apenas servem para aprisionar a crítica ao racismo e ao sexismo às normas conservadoras, ineptos de questionar o sistema de opressão em sua totalidade.

### **Racismo, Educação e Instituição de Ensino**

Com o silenciamento naturalizado nas instituições, torna-se parte da categoria do “não dito”, o racismo dentro das instituições de ensino.

As relações racializadas no final do período traz a subjetividade nas relações das instituições; Estado e senhores para com os filhos de escravas libertos pela Lei do Ventre Livre em 1871 sendo tratada pelo Estado como a primeira lei abolicionista no Brasil dando aos filhos libertos falsa liberdade – o não dito.

Art. 1º: Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. §1. Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade com a presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se consideravam extintos no fim de trinta anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de trinta dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor. (<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496715> - Lei do Ventre Livre)

Logo após a Lei Áurea, foi criada a categoria “democracia racial”, na qual o racismo escuso em nosso país e, as contradições são visíveis e ostensivas. Apesar de seus ideais humanitários, o abolicionismo não conduziu os ‘brancos’ a uma política de amparo ao negro e ao pardo. Nos momentos mais duros da transição existiram fazendeiros que defendiam a ideia da indenização. Nenhum deles levantou-se em prol da indenização do escravo ou do liberto tornando-se marginalizados (FERNANDES, 2007).

O capitalismo faz uma fronteira de humanidade a partir do critério da produtividade econômica. Serve ao capitalismo o corpo que produz, e os não produtivos estão excluídos na modernidade capitalista. Isso gera delimitação de acessos, deixando determinados espaços de pertencimentos e territórios constituídos por corpos demarcados e estigmatizados historicamente.

A historicidade é um dos elementos constitutivos para entendermos a desigualdade. Não tivemos políticas públicas afirmativas para a inserção social dos negros e negras após a abolição. A falsa emancipação dos corpos negros e o imaginário racista que alimenta a ideia de que negros são incapazes de aprender e devem ser domesticados pelo trabalho livre e assalariado, reforça a ideia que era preciso importar outro tipo de mão de obra que já possuía o ritmo do trabalho livre incorporado. Temos aqui, a tensão dialética entre o corpo regulado X corpo emancipado. A luta de negros e negras pela construção da cidadania permeia toda a história republicana brasileira, buscando o reconhecimento da sua história e da sua cultura, práticas universais de igualdade, democracia e direitos humanos (GOMES, 2017).

Segundo Reis, [...] igualdade e desigualdade social pressupõem referência a uma unidade, a uma identidade coletiva ou a um todo no interior do qual ganham sentido e julgamentos morais sobre critérios e padrões distributivos (Reis apud AGUIA; BOCK, 2016).

A gênese cultural da desigualdade esquece-se de olhar e tratar o fenômeno não somente na identificação e quantificação da pobreza. Não deve ser analisada apenas sob o ponto de vista econômico, ainda mais em nosso país produzindo e reproduzindo de forma primorosa a exclusão social. Tal forma hegemônica de avaliar a ocorrência da desigualdade social, suprime toda uma maneira de difusão afetiva e emocional de valores.

Ao passo que para os privilegiados, o desenvolvimento educacional é uma “escola do conhecimento social”, para os menos privilegiados é uma “escola do acolhimento social” (Libâneo apud AGUIA; BOCK, 2016: 208). A desigualdade social é relatada diariamente por meios simbólicos e a eternização da desigualdade em nossa sociedade está baseada em valores.

O racismo cria uma estrutura orgânica para a reprodução das desigualdades, objetivando a percepção social que naturaliza a estrutura de privilégio, seja ele na escola, no trabalho ou no lazer, significando a invisibilidade do negro para si e para com os outros tanto na sua autoestima como na sua autoimagem.

A lei nº 10.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, ainda enfrenta resistência em institucionalizá-la por parte de educadores, gestores, governos municipais e estaduais e programas federais.

Entretanto, reconhecer a ação dos sujeitos ligados à educação escolar pública como essencial ao combate do racismo escolar significa não perder de vista a atuação das redes institucionais que os cercam. Isso quer dizer que a dinâmica racista, na sua vertente institucional, enfraquece tal protagonismo. Daí a luta por políticas públicas de ação afirmativa, pois entende-se que o combate ao racismo se dá a partir de uma reestruturação das instituições, asseguradoras de privilégios e lugares sociais.

[...]. Nessa linha, verificou-se como professores e gestores educacionais criam estratégias discursivas para falsear e naturalizar o racismo, revelando, a partir daí, a lógica da sua reprodução.

Tal lógica se revela eficaz nos seus propósitos ideológicos, na medida em que as políticas educacionais do estado de São Paulo dão a sua sustentação política. Isso pode ser verificado a partir dos anos de 1990 quando, em sintonia com as visões neoliberais, a educação pública do estado de São Paulo caminhou para mudanças significativas, e com efeitos estruturais, manifestados nos depoimentos indignados dos sujeitos desta pesquisa (BERNARDO, 2017: 19 e 20)

Segundo Florestan Fernandes seria injusto dizer que o conhecimento crítico da realidade racial brasileira só foi inaugurado com a recente expansão das pesquisas sociais. Entretanto, está fora de dúvida que as ciências sociais contribuíram para ampliar e aprofundar a percepção objetiva dessa realidade, introduzindo em seu debate critérios de avaliação que não podem ser neutralizados ou contidos pelo pensamento conservador (FERNANDES, 2007).

Como deveria normalmente ocorrer em uma sociedade fundada no trabalho escravo, as vítimas reais da escravidão ou das formas semi-livres ou semi-escravas de trabalho não participavam da elaboração e da revisão da ideologia e da utopia raciais, que se tornavam socialmente necessárias. Ambas foram forjadas, mantidas e refinadas pela raça dominante, cujas elites econômicas, culturais e políticas ditaram, como bem entenderam, como elas deviam exprimir as relações “cristãs” e “justas” entre senhores e escravos. O negro não pode ser o autor de sua própria história (FERNANDES, 2007).

Essas indagações nos levam a perceber que as propostas curriculares implementadas nos últimos anos no estado de São Paulo se converteram em um mecanismo importante na reprodução do racismo no ambiente escolar. Assim, essa política desempenhada uma dupla função no sistema educacional: isola as diretrizes da lei nº 10.639/2003 da estrutura curricular e as esvazia de sentido.

Tais funções resultam na limitação do diálogo com o projeto político pedagógico de cada escola, criando um fosso entre as suas diretrizes e as práticas pedagógicas. Esse círculo perverso, ao compartimentar todos os elementos que pressupõem a efetivação da lei, garante o pleno

funcionamento das engrenagens do racismo brasileiro nas suas interfaces institucionais. (BERNARDO; MACIEL; FIGUEIREDO, 2017: 22).

A luta constante do movimento negro pela garantia de acesso, permanência, presença de sua história e cultura nas instituições de ensino através das práticas voltadas à educação que promovam o respeito à diversidade étnico-racial e cultural da sociedade brasileira é compreender que estamos vivendo um momento histórico na nossa sociedade que só agora começa a reconhecer, tanto legal como politicamente, a presença das populações de origem africana na formação da nação

### **As ações afirmativas das Universidades comunitárias: Claretiano, PUC e Mackenzie**

O conceito de ação afirmativa se refere a um conjunto amplo de iniciativas que não se restringem a reserva de cotas ou vagas, nem ao recorte étnico-racial, englobando políticas que tenham por objetivo distribuir recursos e oportunidades para grupos historicamente excluídos de determinados espaços.

Ainda que a literatura nacional e internacional venha mostrando interesse pela questão da desigualdade educacional, o relacionamento desta com a eficácia do sistema de educação ainda é objeto de controvérsia. A educação é um dos principais pontos de atenção na elaboração de estratégias para a redução de desigualdades.

Discentes reclamam de obstáculos que, para os mais vulneráveis, são fatores que motivam a saída da universidade, obstáculos estes que são, por exemplo: o turno integral, que impossibilita trabalhar; textos em outros idiomas; professores que pedem para alunos comprarem materiais e equipamentos caros, como acontece na área da saúde; funcionários despreparados para lidar com os problemas específicos dos alunos negros.

A evasão escolar tem a ver com a baixa renda, com o fato de morar na periferia, com a necessidade de trabalhar para pagar xerox, e até mesmo com o fato de não se ter um computador em casa. Todas elas dizem respeito às dificuldades materiais. As bolsas de permanência que algumas universidades oferecem são muito baixas. Há ainda uma dificuldade simbólica: a escola pública, após a ditadura militar, decaiu em qualidade e, hoje, o aluno não tem, por exemplo, uma base de matemática, de física e de química, que deveria ser desenvolvida no ensino médio. Caso a universidade não tenha políticas de permanência, ofertadas, por exemplo, através de cursos de revisão de matemática, grande parte desses cotistas não conseguirá acompanhar o curso.

Para Sousa e Portes (2011), a questão da permanência do estudante beneficiado por ações afirmativas têm sido prioridade em um conjunto restrito de ordenamentos de universidades, muitas vezes devido aos custos econômicos para suas implantações. Nesse sentido, Doebber (2011) argumenta que a ausência de ações efetivas, direcionadas à promoção da permanência destes estudantes, tem sido um grande obstáculo para a própria efetivação das políticas afirmativas. A autora destaca que tais estudantes geralmente apresentam dificuldades para se ajustar a um suposto “perfil” exigido na universidade, vivenciando processos de exclusão em um ambiente acadêmico que deveria ser inclusivo. Para Doebber (2011), as ações de permanência também devem considerar estes aspectos. Dessa forma, para sobreviver na universidade, Santos (2009) ressalta que os próprios estudantes beneficiários de ações afirmativas criam ações e estratégias associadas à dimensão de permanência, compondo um repertório material, acadêmico e simbólico de sobrevivência no campus. Por exemplo, esses alunos formam grupos de colaboração, retomando conteúdos das disciplinas, e também fornecem auxílio mútuo na divisão de materiais didáticos e na orientação de calouros beneficiados por políticas afirmativas no que tange à vida universitária, como auxílios financeiros, moradia e locomoção. Estas estratégias perpassam tanto questões acadêmicas quanto sociais e mostram-se uma alternativa desenvolvida para uma possível falta de programas e projetos institucionais voltados para o favorecimento de sua permanência (SILVA, 2019: 188)

Ações afirmativas se definem como políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos

efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de religião, orientação sexual ou nacionalidade.

Nas instituições de ensino, quais são as preocupações com as ações afirmativas? Quais são os setores que tratam de assuntos relacionados às políticas de ações afirmativas na universidade? Quais são as áreas exclusivas para este fim? Quais são os programas e projetos institucionais que se mostram preocupados com a questão do desenvolvimento pedagógico do estudante?

Esta pesquisa analisará três universidades comunitárias - Claretiano, PUC e Mackenzie, e que apresentam, em seus respectivos sites, a estrutura das ações afirmativas voltadas à comunidade acadêmica.

No site da Centro Universitário Claretiano, lê-se:

A ação pastoral e extensão comunitária destina-se a ações voltadas para as atividades pastorais e a realização de uma educação que forme profissionais qualificados para atuarem no mercado de trabalho e, responsabilidade ética, cidadã e cristã. O projeto educativo Claretiano visa o desenvolvimento integral da pessoa, respondendo ao direito de todos a ter acesso ao saber e ao conhecimento. Diversas atividades, tanto nos colégios como no âmbito universitário, são realizadas a fim de dinamizar e despertar a vivência da fé e a convivência entre os membros da comunidade acadêmica, os alunos, professores, pais e a comunidade em geral.

No site da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é possível encontrar que há, nessa universidade:

- Centro de documentação e informação: o acervo se destaca por reunir uma documentação de grande importância política e científica, que se volta,

principalmente, para a preservação dos registros de ações de movimentos sociais e de defesa de direitos humanos que atuaram em São Paulo, no Brasil e na América Latina.

- Clínica psicológica: trabalhos clínicos e institucionais para a comunidade.
- Escritório modelo: serviço de apoio jurídico à comunidade;
- DERDIC: atua na educação, acessibilidade e empregabilidade de surdos e no atendimento clínico a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem. O trabalho institucional prioriza famílias economicamente desfavorecidas e beneficia pessoas de todas as faixas etárias.
- Hospital Santa Lucinda: Oferece assistência humanizada em saúde.
- PAC: faz o acompanhamento de estudantes que apresentam questões psicossociais, psicopedagógicas (dificuldades no processo de aprendizagem) e culturais; atendimento e acompanhamento de alunos com deficiência física, visual ou auditiva; com necessidades educacionais específicas; ações que se consolida em benefícios complementares a estudantes bolsistas, na perspectiva da Lei nº 12.868/2013 (Filantropia)

Por sua vez, no site da Universidade Presbiteriana Mackenzie, é possível notar que a instituição mantém 20% de gratuidades em relação ao número de alunos pagantes, sendo as concessões restritas aos cursos de Educação Básica e graduação presencial. Além desse percentual legal, alinhado a seu caráter filantropo, o Instituto Presbiteriano Mackenzie mantém projetos sociais e outros programas de bolsas e descontos. A universidade possui, ainda, as seguintes estruturas e ações:

- Clínica escola de nutrição; serviço escola de psicologia; imposto de renda solidário; centro histórico cultural; Mackenzie e voluntário
- Laboratório de análises clínicas: são realizadas coletas e análises de exames laboratoriais para projetos de pesquisa e projetos de extensão.
- Apoio: tem por objetivo colaborar com a permanência dos estudantes do ensino básico da instituição regularmente matriculado e aprendizagem destes estudantes por meio da concessão de auxílio complementar, uniformes usados e novos, em bom estado de uso e um kit básico de material escolar.

- Educação multidisciplinar e apoio ao estudante: visa favorecer o acesso, a permanência e a aprendizagem de seus beneficiários por meio da concessão de benefícios complementares que permitam contribuir para a qualidade de estudo, oferecendo suporte didático, pedagógico e social, buscando proporcionar ao beneficiário melhores condições para seu desempenho estudantil.
- *Fake News*: Projeto entre os cursos de jornalismo e direito de conscientização no ramo da Educação Digital e contra a propagação de *Fake News*.
- Mack solidário: parceria com grandes empresas desenvolveu este projeto voluntário para colaborar com a recolocação no mercado de trabalho em tempos de crise econômica ocorrida no país, reafirmando seu compromisso social.

A continuidade desta pesquisa, conforme apontado anteriormente nos objetivos e na metodologia, buscará analisar de modo amplo e refinado as ações afirmativas dessas universidades, de modo que uma sistematização crítica possa ser levantada. Espera-se, com isso, que seja possível compreender qualitativamente o impacto dessas e de outras ações afirmativas sobre a vivência acadêmica de jovens negros.

## Referências Bibliográficas

AGUIAR, W. M. J. de; BOCK, A. M. B. *A dimensão subjetiva do processo educacional*. São Paulo: Ed. Cortez, 2016.

ALCOFF, L. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade e Estado*. Brasília, n.1, v.31, jan/abr. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 25 maio de 2022.

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo Estrutural*. Feminismo Plural. São Paulo: Ed. Pólen, 2018.

BAIRROS, L. Mulher negra: o reforço da subordinação. In: Lovell, P. (Org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

BRASIL, *Lei de Cotas*, 2012 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm) Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL, *Lei da Definição, Qualificação, Prerrogativas e Finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior*, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm) Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL, *Lei do ventre livre*, 1871. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496715>, 1871 Acesso em: 02 ago. 2021

BRASIL, *Lei de Instituições Comunitárias de Ensino Superior*, 2013 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm)

Acesso em: 13 abr. 2022.

BERNARDO, T; MACIEL, R. O; FIGUEIREDO, J. de; ORGS. *Racismo e educação: (des)caminhos da Lei n. 10.639/2013*. São Paulo: Educ: FAPESP, 2017.

CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. São Paulo. Editora Jandaíra. 2019.

FANON, F. *Os Condenados da Terra* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. 2ª Edição. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, F. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017, P. 87.

GOMES, N. L. *O movimento Negro educador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GONZALEZ, L. The black woman's place in the Brazilian society. In: NATIONAL CONFERENCE AFRICAN-AMERICAN POLITICAL, 1984, Baltimore. Anais [...]. Baltimore: Caucus/Morgan State University, 1984.

KILOMBA, G. *Descolonizando o conhecimento: uma palestra performance de Grada Kilomba*, 2016. Disponível em <https://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/>. Acesso em 17 de abril de 2022.

IBGE, *Censo da educação superior - Notas estatísticas*, 2019a.

Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Notas\\_Estatisticas\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf). Acesso em: 10 ago. 2021

IBGE, *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. IBGE 2019b.. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf) Acesso em: 10 ago. 2021

IPEA, *Ação afirmativa e população negra na educação superior: Acesso e perfil discente*. 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2569.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf) Acesso em: 10 ago. 2021

MATHIEU, N, *A anatomia política*. Salvador, EDUFBA/Neim. 2021.

MANO, M.K; FALQUET, J. Prefácio In: *A anatomia política*. Salvador, EDUFBA/Neim. 2021.

MAYORGA, C. e SOUZA, L. M. de. *Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco*. Rev. Psicol. Polít. 2012, vol.12, n.24, pp. 263-281. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519-549X2012000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2012000200006) Acesso em: 11 ago. 2021

MEIRELLES, V. Mulheres e Meninas: o processo de identidade de jovens brancas ex-alunas de escolas particulares paulistanas. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP. 2002 Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26104> Acesso em 07 de junho de 2022.

MEIRELLES, V.; SANTOS, J.P.R.; MIRANDA, S. Você tem fome de quê? Necropolítica em tempos de coronavírus. Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências | Icó-Ceará | v.3 | n.3 | p. 1612 - 1625 | Set-Dez | 2020 *Dossiê: Pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e suas ressonâncias na América Latina*

MOORE, C. *Racismo & novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

Nós e as desigualdades. PESQUISA OXFAM BRASIL/DATAFOLHA PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES NO BRASIL .2021 Disponível em: [https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1622384863L\\_O\\_relatorio\\_nos\\_e\\_as\\_desigualdade\\_datafolha\\_2020\\_vs3.pdf](https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1622384863L_O_relatorio_nos_e_as_desigualdade_datafolha_2020_vs3.pdf) Acesso em 09 de junho de 2022.

REZER, R. *Horizontes para pensar a Universidade Comunitária no Contemporâneo*: Editora Unijuí, 2018.

RIBEIRO, D. Lugar de Fala. Feminismos Plurais. São Paulo. Editora Jandaíra. 2020.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento* Campinas: EDUcamp, 2007.

ROSA, A. B. da; BASTOS, K. V.; LIMA, M. A. de; LIMA, C. R. M. de. *O patrimônio social e seus impactos nos indicadores de qualidade das universidades comunitárias Catarinenses: Uma investigação quantitativa sobre suas relações*. 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201912/101\\_00122.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201912/101_00122.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 ago. 2021.

SAFFIOTI, H. I. B., Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. 2009. Disponível em <https://flacso.org.br/?publication=ontogenese-e-filogenese-do-genero-ordem-patriarcal-de-genero-e-a-violencia-masculina-contra-mulheres> Acesso em 17 de abril de 2022/

SANTOS, B. S. *Para além do pensamento abissal*. Novos estudos, CEBRAP 79, 2007 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004> Acesso em: 10 ago. 2021.

Sousa Santos, B. ; Martins, B. S. O pluriverso dos direitos humanos. A diversidade das lutas pela dignidade. Editora Autêntica. São Paulo, 2019.

SOUZA, J. Como o racismo criou o Brasil. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021

SILVA, G. H. G. da. *Um panorama das ações afirmativas em universidades federais do Sudeste brasileiro*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 49, n. 173, p. 184-207, jul./set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145665>. Acesso em: 10 ago. 2021.

WITTIG, M. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 83-92.

Sites das Universidades a serem pesquisadas:

CLARETIANO Disponível em: <https://claretiano.edu.br/claretiano/projeto-educativo> Acesso em: 08 ago. 2021.

MACKENZIE Disponível em: <https://www.mackenzie.br/> Acesso em: 08 ago. 2021.

PUC - SP Disponível em: <https://www.pucsp.br> Acesso em: 08 ago. 2021.